



# Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 04 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Felix - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Caito Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 12: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto - Antonio Martins Annibelli - Duílio Genari - José Alves dos Santos; **PFL** – 05: Élio Lino Rüsck - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 07: Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** – 03: Alceu Antonio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Bioko; **PTB** – 11: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** – 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha

Curitiba, 31.03.1994.

Of.ATG 0961/94

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que, em cumprimento ao mandamento constitucional, RENUNCIO, no dia 02 de abril, ao Governo do Estado do Paraná, a fim de apresentar meu nome à Convenção Nacional do PMDB como candidato do Partido à Presidência da República.

Na certeza de, havendo levado a bom termo as propostas apoiadas majoritariamente pelo povo do Paraná, que me honrou com seu voto de confiança, início nova caminhada para abrir espaços mais largos para o nosso Estado no cenário nacional.

Agradecendo a permanente solidariedade do povo desta terra, continuo inabalável no propósito de lutar por um futuro de justiça e fraternidade.

Atenciosamente,

ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado ORLANDO PESSUTI

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

N/CAPITAL

**4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 023.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE ABRIL DE 1994.**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Ernani Pudell, João Preis, José Alves, José

Curitiba, segunda, em 04.04.94

Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Mensagens:**

MENSAGEM Nº 028/94

Curitiba, 31 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a contratar, nos termos da Legislação de Licitações e Contratos, Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo, para os integrantes dos Quadros da Polícia Civil e Militar do Estado, acidentados no efetivo exercício de suas funções, nas modalidades e limites que especifica.

A proposição ora formulada é indiscutivelmente justa, oportuna e necessária, eis que virá ensejar aos policiais civis e militares, uma garantia adicional para reparar eventos danosos que venham sofrer no exercício de suas funções, e, principalmente, a seus familiares na hipótese de que tais eventos resultem em morte.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, nos termos da Legislação de Licitações e Contratos, Seguros de Acidentes Pessoais Coletivo, para os integrantes dos Quadros da Polícia Civil e da Polícia Militar, acidentados no efetivo exercício de suas funções, nas seguintes modalidades e limites:

- Invalidez Permanente Total ou Par-

cial por Acidente, Cobertura até 7.500 URV (sete mil e quinhentas unidades reais de valor).

- Morte Acidental, Cobertura até 15.000 URV (quinze mil unidades reais de valor).

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 029/94.

Curitiba, 31 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Na conformidade do disposto no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a "Gratificação Rodoviária" para ser atribuída, conforme específica e nos valores que estabelece, aos servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, em efetivo exercício nas unidades descentralizadas.

O anteprojeto de lei em referência, que atende reivindicações de servidores atuantes na área, é justa e oportuna, pois, em razão das condições de trabalho a que estão sujeitos aqueles exercentes de atribuições em rodovias, virá ensejar-lhes mais adequada remuneração. Consta da proposição dispositivo expresso de que tal gratificação não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e será inacumulável com a gratificação de chefia.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação Rodoviária, atribuída aos servidores da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, em efetivo exercício nas unidades descentralizadas, nos seguintes termos:

DENOMINAÇÃO	Qtde	Valor em URV
Engenheiro Chefe de Distritos Rodoviários	18	411,08
Supervisor de Obras	06	411,08
Supervisor de Estudos e Projetos	06	411,08

Supervisor Administrativo		
Financeiro	05	411,08
Supervisor de Conservação	05	411,08
Supervisor de Apoio Rodoviário aos Municípios	05	411,08
Chefe de Serviço de Manutenção	05	338,54
Fiscal de Obras e Projetos	90	338,54
Feitor de Área	54	120,90
Chefe de Parque de Máquinas	23	120,90
Chefe de Escritório	23	120,90
Tesoureiro	23	120,90
Almoxarife	23	120,90
Inspetor de Equipamentos	28	120,90

Parágrafo Único - A gratificação de que trata o "caput" deste artigo não se incorpora ao salário, nem será computada para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob mesmo título ou idêntico fundamento, bem como não servirá de base para cálculo de outras vantagens e será inacumulável com a gratificação de chefia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 030/94

Curitiba, 31 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

De conformidade com o art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que fixa, a partir de 1º de março de 1994, novos valores para níveis de vencimentos de cargos de integrantes da Polícia Civil do Estado e o soldo de integrantes da Polícia Militar do Estado, assim como adota outras providências.

A medida contida no Plano de Lei ora encaminhado visa, a par da melhoria de remuneração recentemente concedida aos servidores públicos em geral, pela conversão em Unidade Real de Valor - URV, ajustar a remuneração de alguns cargos dos quadros da Polícia Civil e o soldo de alguns integrantes da Polícia Militar do Estado, com vistas a sua adequação às respectivas tabelas remuneratórias daquelas corporações, ao mesmo tempo em que atende reivindicações funcionais acolhidas em estudos de viabilidade feitos pela Secretaria de Estado da Administração.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos integrantes da Polícia Civil e o soldo dos integrantes da Polícia Militar ficam fixados, a partir de 01 de março de 1994, na forma das tabelas que constituem o anexo desta lei.

Art. 2º - Ressalvadas as exigências

específicas para determinados cargos, postos ou graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado dependerá da comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anexo de que trata o artigo 1º

EN URV					
QUADRO DA POLICIA CIVIL					
C A R G O S	VENCIMENTOS				
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE
ESCRIVAO DE POLICIA	187.00	173.16	160.34	148.47	-
INVESTIGADOR DE POLICIA					134.95
DACTILOSCOPISTA	137.94	127.73	118.27	109.51	-
TECNICO TELEC. POLICIAL					
TECNICO MANUT. POLICIAL	114.95	109.48	104.27	99.30	-
OPERADOR TELEC. POLICIAL	103.18	98.27	93.59	89.13	-
IDENTIF. DACTILOSCOP.					
AUXILIAR MANUT. POLICIAL					
AUXILIAR DE NECROPSIA					
PERITO POLICIAL	172.61				
COMISSARIO	187.00				

EN URV:

QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEIÇOAMENTO SUPERIOR		S O L D O
POSTO/GRADUAÇÃO		
CORONEL		379.16
TENENTE-CORONEL		341.24
MAIOR		322.56
FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR		
CAPTÃO		259.93
1o. TENENTE		237.49
2o. TENENTE		205.76
ASP. A OFICIAL		171.26
FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO		
ALUNO DE 3o. ANO		149.27
ALUNO DE 2o. ANO		131.22
ALUNO DE 1o. ANO		123.81
FUNCAO DE NIVEL TECNICO		
SUBTELENTE		150.81
1o. SARGENTO		143.27
2o. SARGENTO		139.64
3o. SARGENTO		131.04
FUNCAO DE NIVEL MEDIO		
CABO		124.54
SOLDADO 1a. CLASSE		120.49
SOLDADO 2a. CLASSE		99.41

MENSAGEM Nº 031/94

Curitiba, 31 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando a criação do Fundo de Reequipamento do Fisco (FUNREFISCO), de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Coordenação da Receita do Estado, órgão de regime especial da Secretaria de Estado da Fazenda.

O Fundo em questão será constituído especialmente pelos recursos advindos de cinquenta por cento do montante das multas incidentes sobre os impostos estaduais.

Estima-se que tal percentual propiciará recursos na ordem de três milhões de dólares por ano, o que é suficiente para o reequipamento do fisco e aprimoramento da arrecadação e fiscalização dos tributos, além de, por via reflexa, aumentar a receita.

Por fim, cabe esclarecer que a autorização legislativa é exigida nos termos do art. 135, inciso IX, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica criado o Fundo de Reequipamento do Fisco (FUNREFISCO), de natureza contábil, com a finalidade de prover recursos para despesas de capital da Coordenação da Receita do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 2º - O FUNREFISCO será constituído de:

I - cinquenta por cento (50%) do valor das multas incidentes sobre os impostos estaduais, inclusive juros e correção monetária;

II - resultado da alienação de material ou equipamento julgado inservível;

III - receitas financeiras decorrentes da aplicação de seus recursos;

IV - dotações orçamentárias e quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3º - O FUNREFISCO será administrado por um Conselho Diretor, composto do Diretor da Coordenação da Receita do Estado e de mais três funcionários integrantes da carreira de Agente Fiscal, de livre escolha do Titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 4º - O FUNREFISCO terá contabilidade própria e seus recursos serão deposi-

tados, em conta especial, no Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 5º - O FUNREFISCO fica sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei para a sua fiel execução.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 01/94

Curitiba, 28 de março de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, nos termos dos arts. 65 e 118, da Constituição Estadual e para fins de apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o Ministério Público do Estado do Paraná, acompanhado de Exposição de Motivos.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI  
Procurador-Geral de Justiça

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Datam de mais de vinte e cinco anos as tentativas de elaboração da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. Em face disto, através da Resolução nº 1.103/92-PGJ, determinou-se a instituição de Comissão de Estudos, especialmente designada para a elaboração de esboço da Lei Complementar do Ministério Público do Paraná.

De outro vértice, com o advento da Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, entendeu o legislador em fixar prazo de cento e vinte dias, para os Estados adaptarem a organização de seu Ministério Público à referida norma (art. 81).

Malgrado decurso de prazo, continuou a Comissão no seu desiderato, procedendo a divulgação dos trabalhos, para, com a posterior reunião e seleção das sugestões ofertadas pela Classe, passar a sistematizar as propostas, em consonância com as Constituições Federal e Estadual, assim como com a referida Lei Federal, até chegar à redação final, de forma a justificar, sobretudo, a ultrapassagem do prazo legal.

Objetiva o Plano de Lei Complementar em causa, sinteticamente, delimitar as funções institucionais, empreendendo consolidação sistêmica do ordenamento positivo.

De início, define a atuação dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, compreendidos pela própria Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de

Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público. Em seguida, com o necessário detalhamento, especifica a competência das Promotorias de Justiça.

Paralelamente, são criadas as funções de Sub-Procurador-Geral de Justiça e Sub-Corregedor-Geral do Ministério Público.

Em sede institucional, além da competência conferida pela legislação penal, sistematiza e elenca as modernas atribuições do Promotor de Justiça, com destaque às executadas em matéria relativa aos direitos constitucionais, à criança e ao adolescente, ao apoio às pessoas portadoras de deficiência, ao meio ambiente, proteção ao patrimônio natural e cultural, a proteção e defesa do consumidor, ao patrimônio público, de fazenda pública, falências e concordatas, liquidação extrajudicial, intervenção e responsabilidade civil dos administradores das instituições financeiras, em matéria de família e sucessões, de registros públicos e de acidentes do trabalho, de fundações, de natureza eleitoral, dentre outras.

O anteprojeto referencial também disciplina as regras da carreira, relacionando garantias, vantagens, vedações e sanções, assim como, de igual forma, do respectivo concurso de ingresso, fixa critérios objetivos na aferição do merecimento em remoções e promoções, além de dispor sobre vencimentos e vantagens de seus integrantes.

Em inovação facultada pela citada Lei Federal (art.13), restou prevista a constituição e funcionamento do Órgão Especial, para exercer as atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça.

No campo das novas atribuições constitucionais, pretende-se a criação de Promotorias de Justiça Especiais, junto às demais Comarcas de Entrância Final (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu).

São essas, em resumo, as principais características introduzidas no anexo anteprojeto que tenho a honra de submeter à superior consideração de Vossa Excelência. Estou certo de que, se adotado e transformado em lei, há de constituir importante marco democrático e dos interesses sociais e indisponíveis, ao Órgão essencial à função jurisdicional do Estado que é o Ministério Público.

Curitiba, 28 de março de 1994.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI

Procurador-Geral de Justiça  
À Diretoria Legislativa.

Offícios:

OFÍCIOS

Curitiba, segunda, em 04.04.94

Sob o nº DTL/SAT/034/94, do Senhor ex-Governador do Estado, restituindo a esta Casa o Projeto de Lei nº 581/93, de autoria do Poder Executivo. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/31, 32 e 33/94, do Senhor ex-Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

011/94: De autoria do Deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Mário Alberto Nobre Lopes Soares, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.727. Anote-se - Arquite-se.

058/94: Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 4.020.000.000,00 (quatro bilhões e vinte milhões de cruzeiros reais), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.728. Anote-se - Arquite-se.

016/94: De autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sengés, o imóvel que especifica, para as finalidades que estabelece, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.729. Anote-se - Arquite-se.

Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente indica membros para compor a Comissão de Constituição e Justiça, conforme especifica.

CAÍTO QUINTANA - Titular  
JOSE TAVARES - Titular  
DURVAL AMARAL - Suplente  
Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, destaque para Proposição de Veto nº 019/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, item 14, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco dos vetos constantes da Ordem do

Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 637

Senhor Presidente.

Comunico-lhe, nesta data, dois de abril de um mil novecentos e noventa e quatro, ao deixar o cargo de Secretário de Esporte e Turismo do Paraná, desincompatibilizando-me, portanto, no prazo legal, para pleitear minha reeleição a Deputado Estadual, reassumo minha cadeira de Deputado neste colendo Legislativo Estadual.

Ao ensejo, apresento a Vossa Excelência, meus protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Aderbal Osvaldo Paz, filho do Dr. Aderbal Paz.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência à família enlutada, na pessoa do Senhor Aderbal Paz, à Rua Felicitá Rother, n° 285, em Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Aderbal Paz é figura muito conhecida em Ivaiporã, pelos serviços prestados como cirurgião dentista, bem como pela sua ativa participação nas promoções sociais da cidade. O seu filho Aderbal Osvaldo, era acadêmico de medicina em Curitiba, tendo falecido de forma trágica em acidente automobilístico no último dia 03, fato que consternou toda a população de Ivaiporã. Externamos o nosso sentimento de pesar a todos os seus familiares, rogando a Deus que conforte os corações enlutados.

REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Juarez Martins Filho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 31 anos, faleceu em lamentável acidente automobilístico, o advogado e pecuarista Juarez Martins Filho.

O extinto era filho de Juarez Martins

e Carmela Martins, família tradicional de Clevelândia.

O passamento de Juarez Martins Filho veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Juarez.

O falecimento de Juarez Martins Filho, jovem que gozava de grande prestígio e estima entre seus inúmeros amigos, trouxe muita tristeza, pois ele era comunicativo, educado no trato com as pessoas, razão porque conquistava facilmente grandes amizades que, dos bancos escolares perduraram até o momento de sua partida.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar nossa amizade.

O céu será grande e a paz sobre ele, e o descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

O Senhor Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoe a família Martins, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É retá a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a Sua graça.

Guardará seu servo Juarez sob sua constante proteção, para que renovado pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Martins, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Palmeira, pela passagem do seu 175° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Altamir Sanson, ao vice-Prefeito, Senhor José Przybysewski, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo paranaense, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que a população de Palmeira comemora seus 175 anos de emancipação política, no próximo dia 07.04.94.

Nesta significativa data, toda a população de Palmeira é digna de nosso respeito e admiração, pois com muita garra e espírito de luta vem contribuindo para o desenvolvimento cada vez maior do município.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Palmeira, com seu crescimento, com seus administradores que, sempre preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las e, contando com o apoio e a participação incondicional de seu povo exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida de sua população eminentemente trabalhadora.

O aniversário de Palmeira diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, parabeniza toda a comunidade de Palmeira pela bravura com que enfrentam as dificuldades que são inúmeras, mas com trabalho e perseverança serão recompensados.

REQUERIMENTO N° 627

Senhor Presidente.

O Deputado que firma o presente instrumento, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Augusto Plenário, seja oficiado o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um delegado especial para o caso do assassinato do empresário Adécio Barrueco, em 14 de setembro de 1993, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, neste Estado, cujo processo está em andamento na Delegacia de Polícia da cidade já referida.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição prende-se ao fato de que já passaram alguns meses, desde a ocorrência do assassinato, praticamente nada foi possível apurar quanto aos motivos e os implicados nesse crime.

Ressalta-se, que infelizmente a delegacia rondonense, não tem condições de dar uma melhor atenção ao caso, já que tem

falta de recursos humanos e de tempo para melhor dedicação ao processo.

É por estas e outras razões, que se faz o presente pedido.

REQUERIMENTO N° 628

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, digníssimo Diretor-Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de telefone público na sede da Casa de Apoio Lourdes Canet em Curitiba

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Casa de Apoio Lourdes Canet, vincula da à Liga Paranaense de Combate ao Câncer, com sede na Rua Luiz Carlos P. da Silva, n° 170 - Bairro Jardim Botânico nesta Capital, oferece acomodações a inúmeros pacientes carcionomatos vindos do interior do Estado em busca de tratamento especializado, principalmente no Hospital Erasto Gaertner. Portanto a instalação de um telefone público faz-se necessário, a fim de facilitar a comunicação dessas pessoas com suas respectivas cidades.

REQUERIMENTO N° 631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à Bancada Federal do Paraná, no Congresso Nacional, solicitando a interferência dos mesmos junto ao Ministério da Justiça, reiterando o pedido da criação de uma Vara Federal no Município de Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná, solicitando a doação de sementes à Prefeitura Municipal de Antonina, para a distribuição gratuita aos produtores daquele Município.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que



seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Loteamento Planta Jardim do Rocio - Colônia Antonio Prado, quanto a implantação de energia elétrica e rede de água e esgoto nesse local, bem como executar reparos em todas as ruas do loteamento. O pedido foi feito devido a falta dos serviços de primeira necessidade para todos os moradores, dificultando sobremaneira a vida da população. Pedem uma especial atenção à presente solicitação, uma vez que inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando as atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de executar melhoramentos na Rua Francisco Beltrão, localizada no Bairro Cidade Jardim, bem como em todas as ruas desse bairro. Ocorre que as ruas estão completamente abandonadas, há muitos buracos e mato, ocasionando muitos transtornos a toda população. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que o ônibus que circula pelo Bairro Cidade Jardim vá direto para o terminal Boqueirão, sendo que ele vai até o terminal de São José e os usuários têm que pagar duas tarifas. Pedem que seus pedidos sejam atendidos pois muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 115/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Danton Richlin da Rocha Loures.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A iniciativa em conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Danton da Rocha Loures, é em reconhecimento ao seu trabalho desenvolvido na área médica em nosso Estado como grande profissional.

Nascido em Joinville, no Estado de Santa Catarina, em data de 27 de outubro

de 1943, filho de Josino Alves da Rocha Loures e Carmem Richlin da Rocha Loures.

Em 1963, como acadêmico, acompanhou seu pai, Dr. Josino Alves Rocha Loures, no Movimento Cirúrgico em Otorrinolaringologia.

Concluiu o Curso de Medicina em 1968, tendo realizado Curso de Graduação em Cirurgia Cardíaca na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, com o Professor Zerbini, nos anos de 1969 e 1970.

Doutor Danton concluiu diversos cursos de especialização, e também exerceu diversos cargos em sua área.

Anexo, Memorial I e II, onde pode ser observado o currículo e trajetória do Dr. Danton, na área de medicina.

Concluímos que trata-se de justa homenagem a quem dedicou-se incansavelmente em favor da saúde do ser humano.

##### PROJETO DE LEI N° 116/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI) de São Miguel do Iguaçu", com sede e foro na cidade e comarca de São Miguel do Iguaçu, Estado do PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.94

(a) ÉLIO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora é apresentada para ser declarada de Utilidade Pública, se enquadra perfeitamente aos ditames da Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que normatiza a declaração de Utilidade Pública, já que os fins estatutários da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Miguel do Iguaçu estão voltadas para servir desinteressadamente à coletividade, sem remunerar a qualquer título seus dirigentes.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados na qualidade de Titular e Suplente, para compor a Comissão de Constituição e Justiça. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado

José Afonso Júnior, constante do expediente, comunicando que em 02 de abril do corrente ano, deixa o cargo de Secretário de Esporte e Turismo do Paraná, para pleitear sua reeleição a Deputado Estadual, reassumindo sua cadeira neste Poder Legislativo Estadual. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, aproveitando que está dentro desta Casa um projeto de lei que concede o Título de Cidadania Honorária, já juntamos os documentos necessários ao Título de Cidadão Honorário ao Professor Cândido Garcia, da Universidade de Umuarama, e gostaríamos de solicitar a V. Exa. que urgenciasse a entrada na pauta para que pudéssemos votá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa tomará as providências necessárias. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos vetos constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando destaque para a Proposição de Veto nº 019/94, veto apostado ao Projeto de Lei nº 413/93, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. Aprovado.

Diante da manifestação do Plenário iremos apreciar em votação em bloco as seguintes proposições: 99, 108, 110, 112, 113, 119, 121, 123, 124/93 e 10, 11, 14, 17, 25/94, todas em uma única discussão e votação.

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 099/93, Veto Apostado ao Projeto de Lei nº 327/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que altera o artigo 1º da Lei nº 9244 de 14.05.90, conforme específica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 401/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 410/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art.

87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 327/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação da Lei nº 9.244, de 14 de maio de 1990, para redefinição das divisas do Município de Ventania, criado pela referida Lei.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em exame decorre do simples fato de que, segundo informações, levantamentos e mapas apresentados pelo Instituto Ambiental do Paraná, a descrição das divisas do Município de que se trata, apresenta "incorrekções técnicas, uma vez que não fecha o perímetro da área, permanecendo dúvidas e divergências".

O Veto apostado, é bom frisar, não deverá significar que o assunto irá permanecer sem solução, pois um novo projeto - podendo haver a participação de técnicos do IAP nos estudos preliminares - por certo virá ensejar a definitiva regularização das divisas do Município de Ventania.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 327/92, encontra-se publicado no D.A. nº 157/92, de 5.12.92)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 99/93

VETO GOVERNAMENTAL

P A R E C E R:

I - A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 327/92, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que objetiva alterar o artigo 1º, da Lei nº 9244, de 14.05.90, conforme específica (altera as divisas do Município de Ventania), e que foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 401/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos previstos no § 1º, do art. 71, da Constituição Estadual.

III - Diante do exposto, a matéria está em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 108/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel para a Casa do Idoso Vovô Margarida, no Município de Ponta Grossa, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 410/93

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 389/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 313/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Casa do Idoso Vovô Margarida, o imóvel que especifica, de propriedade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, localizado na zona urbana da Cidade de Ponta Grossa.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em epígrafe decorre de informações prestadas pela COHAPAR, de que o pretendido imóvel encontra-se hipotecado à Caixa Econômica Federal - CEF, em face de financiamento feito pelo extinto BNH, cujo saldo devedor perante a referida CEF "remonta aproximadamente a CR\$ 702.311,69, nesta data". Além desse aspecto que por si só dificulta ou até mesmo impede tal doação, a COHAPAR lembra que o Projeto ora vetado contém omissão, eis que de seu texto deveria constar as finalidades da doação, assim como cláusulas de reversão em caso de desvirtuamento do uso do imóvel ou cessados seus motivos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 313/93 encontra-se publicado no D.A. nº 137/93, de 05.10.93 - 1ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 108/93

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 313/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar um imó-

vel para a Casa do Idoso Vovô Margarida, no Município de Ponta Grossa, conforme específica.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

Nilton Barbosa - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 110/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar as estradas vicinais Sático-Cascata, no trecho compreendido entre a PR-489 à Estação Experimental do IAPAR, no Município de Xambrê. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 412/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 338/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 412/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar as estradas vicinais Sático-Cascata, no trecho compreendido entre a PR-489 à Estação Experimental do IAPAR - no Município de Xambrê.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 412/93 encontra-se publ. no D.A. nº 111, de 17.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 110/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto, apostado ao Projeto de Lei nº 412/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar as estradas vicinais Sãtiro-Cascata, no trecho compreendido entre a PR-489 à Estação Experimental do IAPAR, no Município de Xambrê.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 112/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 444/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário, que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 414/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 388/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 444/93, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte, com uma extensão de 06" (seis) quilômetros.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de su-

Curitiba, segunda, em 04.04.94

portar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 444/93 encontra-se publ. no D.A. nº 116, de 24.08.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 112/93

VETO INTEGRAL APOSTO AO

PROJETO DE LEI Nº 444/93

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 444/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de São Tomé ao Bairro Rodeio, divisa com o Município de Cianorte, procedemos a sua análise, no âmbito desta Comissão Técnica e concluímos que o veto ocorreu dentro dos prazos constitucionais, merecendo ser acolhido por este Poder Legislativo e nada obstando sua apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 113/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 418/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivaté ao Distrito de Herculanãdia. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 415/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 455/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 418/93, por julgá-lo inconstitucional em

razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivatê ao Distrito de Herculanãdia.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 418/93 encontra-se public. no D.A. nº 111, de 17.08.93)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 113/93

P A R E C E R:

A proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei nº 418/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivatê ao Distrito de Herculanãdia.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

#### ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 119/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 628/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Querência do Norte. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 421/93.

Curitiba, 13 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 489/93, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 628/93, em razão do fato da Entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 9.680, de 05 de setembro de 1991.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa. Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 14.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 628/93 encontra-se public. no D.A. nº 147, de 25.10.93)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 119/93

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 119/93 apostado ao Projeto de Lei nº 628/93 de autoria do Deputado Neivo Beraldin que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", com sede e foro no Município de Querência do Norte.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 121/93. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 463/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 502/93.

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 456/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 463/93, por julgá-lo inconstitucional, em

razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho asfáltico compreendido entre a BR-369 e o Município de Anahy.

O projeto de lei em epígrafe deixou de merecer acolhimento, dada sua flagrante inconstitucionalidade, porque, implicando em despesas não previstas na "Lei de Meios", fere o mandamento contido no art. 135, da Constituição Estadual.

Ademais, inobstantemente à inconstitucionalidade apontada, vale ressaltar que o Poder Executivo não tem condições de suportar encargos de tal natureza, também pelo fato de as máquinas e equipamentos, assim como os recursos humanos do DER estarem, todos, voltados aos trabalhos nas obras rodoviárias em andamento, inclusive as de conservação de estradas e as em execução nas microbacias, conforme prevê o vigente Sistema Rodoviário Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa. Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.12.94.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 463/93, encontra-se publicado no D.A. nº 120/93, de 01.09.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO Nº 121/93

P A R E C E R:

A proposição em tela faz o veto, apostado ao Projeto de Lei nº 463/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

#### ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 123/93, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia da Cultura Racional do Paraná, a ser comemorado dia 07 de junho. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 504/93

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.

Curitiba, segunda, em 04.04.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 469/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 580/93, por julgá-lo contrário ao interesse público por se tratar de uma cultura que se desenvolve a nível internacional, não havendo, portanto, razão que justifique a instituição isolada de data alusiva à dita cultura, no Estado do Paraná.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 580/93 encontra-se publicado no D.A. nº 134/93, de 30.09.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO Nº 123/93

P A R E C E R:

A proposição em tela faz o veto, apostado ao Projeto de Lei nº 580/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui o Dia da Cultura Racional do Paraná, a ser comemorado no dia 07 de julho.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSE ARTUR RITTI - Relator

#### ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 124/93. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 658/93, de autoria do Deputado João Iensen, que declara de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica ASSEMBLEIA DE DEUS. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO

Ofício DTL/SAT nº 520/93

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 522/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de

Lei nº 658/93, em razão do fato da entidade nele mencionada já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7937, de 08 de novembro de 1984.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 15.12.93.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 658/93 encontra-se publicado no D.A. nº 158/93, de 10.11.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 124/93

P A R E C E R:

A presente proposição veta projeto que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Betel Serviço Social da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede e foro no Município de Guarapuava, pela razão de a entidade já ter sido declarada de Utilidade Pública, através da Lei nº 7937, de 08 de novembro de 1984.

Procedida a análise regimental e constitucional da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos prazos e procedimentos exigidos.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à apreciação do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

#### ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 010/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 381/93, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Forte, a ser instalado no Polo Educacional da Sede do Município de União da Vitória. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 591/93

Curitiba, 29 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 541/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 381/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Colégio Agrotécnico Estadual "Domingos Forte", em União da Vi-

tória, devendo funcionar nos moldes dos demais colégios agrícolas do Estado e adotar outras providências.

O plano de lei em referência não pôde merecer acolhimento, face à sua flagrante inconstitucionalidade, em razão de conflitar com os preceitos do art. 66, IV, da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado a iniciativa privativa para a propositura de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e Órgãos da Administração Pública. Além do que, não existe disponibilidade de recursos, nem dotação orçamentária prevista para implementar tal projeto, fato que também contraria as disposições dos artigos 133 e seguintes da mesma Carta.

Cabe, ainda, esclarecer que o veto aposto ao questionado plano de lei não significa desatendimento à clientela, que busca formação técnica na área, pois, os Colégios Agrícolas Estaduais dos Municípios de Clevelândia, Guarapuava, Rio Negro e Palmeira, atendem plenamente a demanda existente na Região.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.01.94.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 381/93 encontra-se publicado no D.A. nº 106/93, de 09.08.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 10/94

P A R E C E R:

O Veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices à normal tramitação da Proposição de Veto nº 10/94 aposto ao Projeto de Lei nº 381/93 de autoria do Deputado Antônio Annibelli que autoriza a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Domingos Fortes, a ser instalado no Polo Educacional da Sede do Município de União da Vitória.

Sala das Comissões, em 08.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

#### ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Curitiba, 10 de janeiro de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 560/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de lei n° 198/92, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo proibir a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado, prevendo, ainda, sanções aos infratores.

Ainda que pese a preocupação do autor em relação ao uso dos referidos artefatos, a maneira ampla e genérica em que apresenta a matéria impossibilita que se lhe dê acolhimento, pois, em certas ocasiões especiais, seu uso torna-se imprescindível. Convém elucidar que os denominados aerossóis lacrimogêneos têm a característica de evitar o emprego da violência e impedir que manifestações públicas e até mesmo rebeliões sejam transformadas em tragédias, com a utilização de outros métodos que não estejam condicionados a salvaguardar a integridade física de pessoas envolvidas ativa ou passivamente.

Em outras situações ainda mais graves, na repressão de criminosos profissionais por exemplo, quando, embora cercados pela polícia, resistem ao aparato policial no interior de edificações ou em locais de difícil acesso, comumente usando armamento de primeira geração, faz-se necessário o uso de gás, forçando assim a saída daqueles ou ingresso do Grupo Especial Tático da Polícia Civil.

Vale também lembrar que a própria Comissão de Segurança Pública dessa augusta Casa, ao analisar o projeto de lei em referência, assim se manifestou:

..."Naturalmente, somos contra toda e qualquer forma de violência e, a utilização de bombas de gás lacrimogêneo, não deixa de constituir-se ou configurar-se como um tipo de agressão. Todavia, é preciso considerar que, entre os meios de que podem se servir os órgãos de segurança ou policiamento civil ou militar para conter distúrbios e manifestações extremas que coloquem em risco a segurança e integridade humana, é o citado agente químico, o menos violento e danoso.

Portanto, é preferível o emprego do dispositivo em questão do que de outras armas de efeitos mais drásticos, que inclusive poderiam resultar em danos físicos

Curitiba, segunda, em 04.04.94

de consequências mais graves. Analisado sob este ângulo, vemos como alternativa plausível e necessária a utilização do gás lacrimogêneo, evidentemente apenas nos casos emergenciais, em que tal procedimento se fizer extremamente requerido"...

Não bastassem tais argumentos, há que se considerar, ainda, que o uso de tais artefatos é disciplinado pelo Ministério do Exército, através do Regulamento 105, do Estado Maior, o qual não proíbe o uso dos questionados dispositivos pelas forças policiais, apenas os enquadra na categoria de produtos controlados. Logo, não cabe aos Estados, através da legislação local, interferir em tal disciplinamento.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 11.01.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n° 198/92 encontra-se publ. no D.A. n° 157/92, de 5.11.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO N° 011/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o veto apostado ao Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, nosso parecer é favorável à apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 22.02.94

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 014/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 629/93, de autoria do Deputado Heinz Herwig, que estabelece a obrigatoriedade dos Hospitais, no Estado do Paraná, de realizarem o curso de noções básicas de puericultura. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT N° 592/93

Curitiba, 29 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 533/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art.



87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 629/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo estabelecer a obrigatoriedade da realização do curso de noções básicas de puericultura, nos Hospitais do Estado do Paraná.

O plano de lei em referência não pôde merecer sanção face à maneira ampla e genérica como coloca a matéria, o que o tornaria, se acolhido, de difícil exequibilidade. Convém notar que o projeto estende a referida obrigatoriedade a todos os hospitais do Estado, que somam um número considerável, sendo que grande parte deles não dispõem de maternidade, não havendo, portanto, razão para que tal curso seja ministrado. Não menciona, ainda, a quem caberia a responsabilidade pela sua realização, se ao próprio hospital, ou se ao Estado.

Vale, porém, esclarecer que o Veto Aposto ao questionado projeto, não vem tolar as gestantes menos esclarecidas, das noções básicas de puericultura, pois, conforme informações da Secretaria de Estado da Saúde, a Portaria nº 1.016/93, do Ministério da Saúde, instituiu obrigatoriamente o alojamento conjunto nas maternidades conveniadas pelo SUS-PR, sendo que tal sistema prevê, dentre suas atividades, ações semelhantes às previstas pelo plano em questão, cujo elenco de ações já vem sendo desenvolvido rotineiramente no Estado, o que torna o projeto inócuo e desprovido de qualquer finalidade prática.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.01.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 629/93, encontra-se publicado no D.A. nº 147/93, de 25.10.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO Nº 14/94

P A R E C E R:

A Proposição em tela traz o Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 629/93, de autoria do Deputado Heinz G. Herwig, que estabelece a obrigatoriedade dos hospitais, de realizarem o curso de noções básicas de puericultura.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal.

Dessa forma, nada encontramos que possa obstar o prosseguimento do feito, e assim sendo nosso parecer é favorável à

apreciação do mesmo pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

#### ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 481/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que institui o Dia Estadual do Técnico Industrial de Nível Médio no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO DTL/SAT Nº 590/93

Curitiba, 29 de dezembro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 531/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 481/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, eis que a medida, pela sua natureza, seria cabível se implantada a nível nacional e não apenas de forma restrita.

Esse o motivo que me levou a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.01.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 481/93, encontra-se publicado no D.A. nº 122/93, de 13.09.93)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 17/94

P A R E C E R:

Procedemos à análise, no âmbito desta Comissão Técnica, do Veto Integral aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 481/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini que instituiu o Dia Estadual do Técnico Industrial de Nível Médio no Estado do Paraná, e concluímos que o Veto ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo, desta forma ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo ao Plenário sua apreciação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

#### ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 025/94. Veto aposto ao Projeto de Lei nº 700/93,

de autoria do Deputado João Preis, que muda a denominação da Escola Estadual Brasília Itiberê - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, situada em Maringá. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT/009/94.

Curitiba, 25 de janeiro de 1994.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 593/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 700/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo mudar a denominação da Escola Estadual Brasília Itiberê - Ensino de 1º Grau Regular e Supletivo, situada em Maringá.

Embora reconhecida a intenção do autor, não houve como dar acolhimento ao referido plano de lei, face à sua flagrante inconstitucionalidade, por conflitar com o art. 238 da Carta Estadual, que não permite a alteração de nomes dos próprios públicos que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 28.01.94.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 700/93, encontra-se publicado no D.A. nº 166/93, de 24.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 25/94

P A R E C E R:

A propositura em epígrafe, originária do Poder Executivo, veta integralmente o Projeto de Lei do Deputado João Preis, sob nº 700/93, que denomina Escola Estadual Jairo Alves Bonfim, a atual Escola Estadual Brasília Itiberê, por conflitar com o art. 238 da Carta Estadual.

Sob aspecto jurídico, a negativa oficial observa o prazo constitucional preconizado pelo § 1º do art. 71 da Constituição do Estado do Paraná, pelo que emitimos parecer favorável à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lembremos aos Senhores Deputados que fo-

Curitiba, segunda, em 04.04.94

rem favoráveis à manutenção do veto, deverão manifestar-se utilizando-se da cédula "SIM" e os que forem contrários deverão manifestar-se utilizando-se da cédula "NÃO".

"SIM" mantém o veto. "NÃO" derruba o veto.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Designo comissão formada pelos Deputados José Tavares, Caíto Quintana, Durval Amaral, José Afonso Júnior e Florisvaldo Fier, para fazer a apuração dos votos dos Senhores Deputados.

Votaram 38 Senhores Deputados. Pela manutenção do Veto, "SIM", 23 votos; pela rejeição do Veto, "NÃO", 13 votos; em branco, 2.

Estão mantidos os Vetos e rejeitados, conseqüentemente, em definitivo, os projetos.

Atendendo ainda deliberação do Plenário, iremos apreciar agora, em Discussão Única, item nº 14, Discussão Única da Proposição nº 19/94, Veto apostado ao Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa.

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/94. Veto apostado ao Projeto de Lei nº 413/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual - Ensino de 2º Grau, no Município de Ibaiti.

COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício DTL/SAT nº 593/93.

Curitiba, 29 de dezembro de 1993.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 538/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 413/93, por julgá-lo inconstitucional, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola Estadual, a nível de 2º grau, no Município de Ibaiti, em área de 41,5 alqueires, localizada na Fazenda Marimbondo, naquele município.

O plano de lei em epígrafe não pôde merecer acolhimento, face à sua flagrante inconstitucionalidade, por conflitar com os mandamentos expressos nos artigos 66,

IV e 133 e seguintes, da Constituição Estadual. O primeiro atribui ao Governador do Estado iniciativa privativa para a propositura de leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estados e Órgãos da Administração Pública, enquanto que o segundo veda o início de novos programas sem previsão orçamentária.

Além do mais, a área que deverá sediar as instalações do aludido Colégio Agrícola, segundo informações da Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio, não pertence ao Estado e, talvez, ao Município de Ibaiti, uma vez que o Decreto nº 065/93, mencionado no artigo 2º do Projeto, e que teria declarado o imóvel de Utilidade Pública, só pode ser municipal. Portanto, não há como o Estado construir em área que não lhe pertence.

Convém ressaltar que o veto aqui apostado não desatende à clientela escolar direcionada ao aprendizado agrotécnico em Ibaiti, visto que os Colégios Agrícolas Estaduais, sediados nos Municípios de Cambará e Santa Mariana atendem a demanda existente na Região. Além disso, encontra-se em fase de implantação, com previsão de funcionamento já a partir de 1994, um Colégio Agrícola Estadual no vizinho Município de Arapoti, com previsão de um Centro de Produção Animal, cobrindo, desta forma, as necessidades dos referidos cursos na Região.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 04.01.94

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 413/93, encontra-se publicado no D.A. nº 111/93 de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 19/94

P A R E C E R:

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra respaldo constitucional, por tratar-se de matéria com prerrogativas exclusivas do Poder Executivo.

No que tange aos seus aspectos legal, regimental e constitucional, o mesmo encontra-se em perfeitas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 22.02.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente  
TOTI COLAÇO - Relator

Lembrando mais uma vez aos Srs. Depu-

tados que forem favoráveis à manutenção do veto, deverão se manifestar utilizando-se da cédula SIM os que forem contrários deverão se manifestar utilizando-se da cédula NÃO.

O projeto está em votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de contar com a colaboração dos companheiros para a derrubada do veto, uma vez que a comunidade de Ibaiti do Norte Pioneiro, já tem o terreno adquirido e tem um trabalho já de há muito tempo em busca desta conquista, que será sem dúvida um benefício não só para Ibaiti como para toda a região do Norte Pioneiro do Paraná e achou por bem e não sei qual a razão do Sr. Governador de vetar o nosso projeto que autoriza o Executivo a criar e instalar o Colégio Agrícola no Município de Ibaiti.

É um projeto autorizatório e sem dúvida com um esforço nosso nesta Casa, ao lado dos Deputados José Afonso Jr., Caíto Quintana que representam também o Norte Pioneiro nesta Casa, haveremos de conquistar porque essa conquista não é partidária, não é pessoal, é uma conquista da comunidade de Ibaiti que busca o benefício em toda a região.

Gostaria de contar com o apoio dos companheiros parlamentares para que derrubemos o veto e façamos com que o Governador Mário Pereira autorize a criação e instalação do Colégio Agrícola de Ibaiti.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Algaci Túlio) - Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Trinta e seis Senhores Deputados participaram da votação.

Designo Comissão constituída pelo Deputado Plauto Guimarães, Lourenço Fregonese e Elío Rusch para a conferência dos votos.

(Pausa)

A Mesa anuncia o resultado da votação. Compareceram 36 Senhores Deputados para a votação: pela manutenção do veto 16, pela rejeição do veto 19, em branco um - total, 36. Está mantido o veto e rejeitado o Projeto.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Lamen-

to a decisão de alguns companheiros que até ficaram de nos ajudar, votando para a derrubada do veto. Eu agradeço aos companheiros que votaram pela derrubada do

veto porque o projeto vetado por S.Exa. o ex-Governador Roberto Requião é simplesmente autorizatório. Eu não via razão para que o veto fosse mantido. Vetos de matérias de maior vulto já foram derrubados nesta Casa em detrimento do nosso que é um projeto autorizatório.

Mas quero fazer justiça, Senhor Presidente, quando no encaminhamento da votação eu citava os nomes dos companheiros José Afonso e Caíto, evidente que o Norte Pioneiro também se faz presente com a presença do Hermas, do Setti e do Carlos Simões. E acredito que todos eles foram favoráveis. Mas, de qualquer maneira agradeço aos companheiros que votaram sim e lamento a decisão de alguns companheiros que para nós disseram que votariam sim e na cabine votaram contrário ao nosso pedido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado José Afonso Júnior comunicando que no dia 2 de abril ao deixar o cargo de Secretário de Esporte e Turismo, desincompatibilizando-se, portanto, no prazo legal, para pleitear reeleição a Deputado Estadual, reassumiu suas funções como Deputado Estadual neste Poder Legislativo. À Diretoria Legislativa para as anotações.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limite e confrontações conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Esta Presidência retira este projeto ex-offício e o devolve à CCJ para as providências que a mesma entender necessárias, em vista de ter recebido da Comissão Pró-Emancipação de Tamarana, o seguinte telefax:

"EXMO. SR. PRESIDENTE

Deputado Orlando Pessuti

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

SENHOR PRESIDENTE

Servimo-nos para comunicar a Vossa Excelência que após reunião realizada em 01/04/1994, a Comissão Pró-Emancipação de Tamarana, decidiu alterar os Limites e Confrontações do Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina, conforme projeto de Vossa autoria e do Deputado Severino Félix..

A decisão tomada pela comissão fixa os

limites e confrontações somente do Distrito de Tamarana, ou seja passa a vigorar somente a área de circunscrição geográfica do Distrito Administrativo de Tamarana, conforme projeto anterior de Vossa autoria.

Certos do pronto atendimento de Vossa Senhoria, elevamos os nossos apelos e considerações".

(aa) Assinaturas ilegíveis

A Mesa antes de tomar essa decisão ouviu o Deputado José Tavares, ouviu o Deputado Severino Félix, o Deputado Renato Adur, o Deputado Alborghetti acerca da decisão que tomaria. Tendo em vista que carece o projeto de uma nova avaliação da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, o Projeto está retirado e retorna à CCJ.

A SRA. EMILIA BELINATI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Regimento Interno no seu art. 159 diz que: "... antes de ser iniciada a discussão de um projeto, será permitido seu adiamento que não excederá a 10 Sessões e por uma única vez, mediante requerimento escrito e assinado por Deputado." Esse projeto de lei já foi retirado por 10 Sessões - uma vez, e nós acreditamos que ele deveria continuar hoje na pauta, não deve ser retirado, não havendo necessidade de retornar, no nosso entendimento, à Comissão de Constituição e Justiça. O segundo entendimento ou conversas que tivemos com o Deputado Severino Félix ele nos disse que os distritos de Guaravera e Lerroville não concordam em fazer parte do distrito ou do futuro município que pretendem os Deputados, Severino Félix e Orlando Pessuti, não concordando com a inclusão de parte desses dois distritos no Projeto.

Acontece que o Substitutivo Geral apresentado pelo próprio Deputado Severino Félix incluindo esses dois distritos, parte desses dois distritos no município ou no distrito de Tamarana, bastaria colocar em votação hoje e se é o entendimento dos companheiros, do Deputado Severino ou do Deputado Orlando Pessuti, que se votasse então contra o Substitutivo Geral que estaria retirando parte do distrito de Guaravera e Lerroville. Nós entendemos que não deve ser retirado esse Projeto, deve ser votado de uma vez. Na verdade, ele não deveria nem ter sido representado, porque a população de Tamarana já disse que não quer ser desmembrado do Município de Londrina. Temos visto nos últimos anos a criação de diversos municípios, municípios esses criados que não têm condições de sobreviver e nós acreditamos que esse projeto de lei não pode ser retirado de acordo com o Regimento Interno, no seu artigo 159.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa mais uma vez ao Plenário, que a manifestação da Deputada Emilia Belinati teria razão de existir se nós estivéssemos aqui apreciando algum requerimento de Deputado, a respeito da retirada da Ordem do Dia desse Projeto.

Portanto, cabe à Mesa, através de dispositivos regimentais, entendendo que os projetos que estão em tramitação, apresentam alguma divergência, algum problema a ser analisado em Plenário, cabe à Mesa, de ofício, retirá-lo para as Comissões analisarem. Foi isso o que a Mesa decidiu antes inclusive, consultando os Deputados já mencionados. Portanto, o Projeto retorna à CCJ para que a CCJ de posse dessas informações, promova a oferta a esse Plenário, de um novo Substitutivo Geral, se for esse o seu entendimento, para que o Plenário, soberanamente possa decidir na sequência.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - V.Exa. diz à Plenária que foi baseado no Regimento desta Casa e que assim age. Solicito de V.Exa. quais os artigos do Regimento Interno que foram baseados?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Artigo 94, § 6º.

#### ITEM 17

2. DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 003/94, de autoria da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que aprova o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.E.M.A.. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL, APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL SOBRE O PROJETO GOVERNAMENTAL DE CONSTRUÇÃO DA USINA HIDROELÉTRICA DE SALTO CAXIAS

O objeto de análise e parecer que incumbe a esta Comissão Especial concerne à constitucionalidade e mérito do empreendimento, fazendo aí as vezes das demais Comissões Técnicas deste Poder.

Diz o art. 209 da Carta Estadual:

"Art. 209. Observa a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais termoeletricas, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária."

O projeto técnico de impacto ambiental foi elaborado por consultoria contratada pela Companhia de Energia-COPEL.

Em sessão especial havida em 23 de março p.p., O Ministério Público Estadual identificou deficiência no procedimento de Audiência Pública, pronunciando pela necessidade de sua repetição.

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL demonstrou, nesta ocasião, que o empreendimento corresponde às reais necessidades energéticas do Estado e do País, na função do ritmo de crescimento econômico local e nacional.

De sua parte, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente reconheceu a amplitude do impacto ambiental decorrente da obra e asseverou estava empenhada em garantir os interesses das populações atingidas, mediante monitoramento do Estudo de Impacto Ambiental.

Por fim, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu - CRABI fez ver que faltara tempo para análise do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, nisto coincidindo com as conclusões do Ministério Público Estadual, e ainda que diversos termos das negociações até então estabelecidas deviam ser consolidados e mesmo retrabalhados.

Em face dos elementos documentais e depoimentos obtidos e analisados, opina esta Comissão Especial nos termos adiante:

a) pela aprovação do empreendimento de construção da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, no Rio Iguaçu;

b) pelo condicionamento da aprovação supra à realização de nova Audiência Pública, na forma da Lei.

A iniciativa governamental é constitucional e, quanto ao mérito, guarda relevância e interesse públicos.

Entende ainda a Comissão devam ser mantidas suas funções, neste Poder, até final conclusão do empreendimento em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.03.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO - Presidente  
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

Em Discussão.

Em votação o Substitutivo Geral apresentado pela Comissão Especial. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós queremos a V.Exa., se for possível, suspender a Sessão por alguns minutos para discutirmos essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Antes de suspender, a Mesa faz a leitura do Substitutivo Geral:

"Substitutivo Geral ao Projeto de Resolução 003/94".

SÚMULA: Aprovo a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no Estado do Paraná, nos termos que especifica:

"Art. 1º - Fica aprovada, nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual, a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias no Rio Iguaçu - Paraná, pela Compa-

nhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 2º - A aprovação referida no Artigo 1º está condicionada à realização pelo Estado, de nova audiência pública, garantida a participação das populações atingidas pelo empreendimento na forma da lei".

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.04.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO - Presidente

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

Apoio: Ademar Traiano, Duílio Genari."

Está suspensa a Sessão.

Está reaberta a Sessão.

Tendo em vista apelo da Liderança do PMDB, em entendimento mantido com alguns líderes, nós transferimos a votação do item 17 (Projeto de Resolução 003/94) para a Sessão de amanhã.

O projeto retorna em 2ª discussão, na Sessão de amanhã.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicitei a Questão de Ordem anteriormente e não foi me concedida a palavra, assim que V.Exa. respondeu a questão de ordem levantada por mim. Imediatamente eu solicitei outra e estava no ponto seguinte.

No que diz respeito ao Projeto de Resolução nº 01/92 V.Exa., diz que usou do artigo 94, § 6º. O § 6º diz o seguinte: "É lícito ao Presidente, de ofício ou a requerimento de Deputados, com recurso para o Plenário, retirar da pauta, proposição que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer providência antes do início da inclusão na Ordem do Dia". É parecer de outra Comissão. V.Exa. está retirando para parecer da C.C.J., Comissão esta que passou. Quer dizer, estamos voltando para a mesma Comissão. Portanto, não cabe aplicação do artigo 94 § 6º do Projeto de Resolução que diz respeito à autorização da realização do plebiscito no distrito de Tamarana.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Florisvaldo Fier, V.Exa, na leitura disse: "... ou demande outras providências". Nós estamos entendendo que há necessidade de outras providências da C.C.J. e esta Presidência entendendo que o assunto envolve questões da área geográfica do distrito de Tamarana, pedirá também que esse projeto vá à Comissão de Terras.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Diz o seguinte: "... que necessite parecer de outra Comissão, esteja em desacordo com exigência regimental ou demande qualquer

Curitiba, segunda, em 04.04.94

providência antes da inclusão na Ordem do Dia". Ou, não é. Portanto, a leitura continua cabível. Deveria ir para uma outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já tomou a sua decisão. A decisão é mantida e nós prosseguimos com a discussão da Ordem do Dia.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós entendemos que isso já é questão de matéria vencida.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano, que autoriza o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto nº 6.627/90 para instalação do Hospital do Servidor Público Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.O. E C.O.P.T.C.. (Publ. no D.A. nº 143, de 18.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 604/93

Autores: Deputado Colombino Grassano e outros.

Propuseram autorizar o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto nº 6.627/90 para instalação do Hospital do Servidor Público Estadual.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário. É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.93.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 604/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Colombino Grassano e outros, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto nº 6.627/90 para a instalação do Hospital do Servidor Público Estadual.

Tendo sido submetido à apreciação da Comissão de Constituição o referido projeto recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente encontra-se corretamente elaborado, tendo sido previsto, inclusive, a dotação orçamentária para sua execução.

Nestas condições, opinamos favoravelmente pela tramitação e posterior aprovação em plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 24.11.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
PROJETO DE LEI N° 604/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Colombino Grassano e outros, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90, para a instalação do Hospital do Servidor Público Estadual.

O projeto de lei em tela já foi devidamente analisado pelas duntas Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças, que se manifestaram favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.02.94.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
HEINZ HERWIG - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 604/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do ilustre Deputado Colombino Grassano e outros, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90 para instalação do Hospital do Servidor Público Estadual.

A matéria foi analisada anteriormente nos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e de Orçamento, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação das mesmas.

Neste sentido, esta Comissão Técnica, chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões Supra-citadas, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSÉ ALVES - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, na matéria anterior não pedi a intervenção do líder do PMDB, até porque eu não sou liderado por ele e pedi questão de ordem a tempo e não me foi dado.

A respeito do projeto que agora estamos em discussão, queremos enfatizar que somos contra a transferência do Instituto Ambiental do Paraná para aquele patrimônio na cidade vizinha. Queremos dizer que a transferência para lá demanda uma maior despesa econômica a todos os servidores daquele órgão e também há uma diminuição sensível na convivência daqueles servido-

res com a sua família ou mesmo até no aspecto de lazer. Portanto, ao analisarmos o projeto e constatar essa mudança, vamos ver que há um aumento de carga horária à disposição do Estado por parte dos servidores sem a compensação salarial. Portanto, aquele prédio deveria ser usado para uma outra questão. Lá estava sendo construído um hospital. Somos contra a transferência do IAP para aquele prédio onde seria um hospital. Queremos dizer também que a Constituição Federal coloca que saúde é direito de todos os cidadãos, que é dever do Estado e como dever do Estado, aonde coloca que o atendimento à saúde não deve considerar raça, gênero ou outro qualquer tipo de privilégio. Portanto, o investimento e a transformação daquele patrimônio num hospital único e exclusivo para atender servidor, diz respeito à Constituição, porque acarreta privilégio a uma categoria. Somos contra também que se faça dali, um hospital de servidor público, porque há um desrespeito à Constituição, mas, acima de tudo, um desrespeito ao ser humano, à sociedade paranaense, porque vai criar um privilégio para um único setor com o dinheiro do Estado que deve ser investido no atendimento da Saúde de todos.

Então nós queremos registrar estes dois pontos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em Votação o Projeto 604/93. **Aprovado Projeto com voto contrário do Deputado Florisvaldo Fier.**

ITEM 19

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 743/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão - Quinta do Sol Fênix, até o Rio Corumbataí. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 174/93, de 07.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 743/93

P A R E C E R:

O plano de lei em exame, de autoria do Deputado Namir Piacentini, objetiva denominar Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão - Quinta do Sol - Fênix, até o Rio Corumbataí.

A matéria não possui qualquer impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental, pelo que merece parecer favorável à sua normal tramitação neste Parlamento, logo encontrando-se em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

Sala das Sessões, em 01.02.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 743/93

P A R E C E R:

De autoria do Ilustre Deputado Namir Piacentini, o Projeto de Lei em tela, tem por finalidade, denominar Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão - Quinta do Sol - Fênix, até o Rio Corumbataí.

A matéria foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se Favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão, inexistente qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSE ALVES - Relator

ITEM 20

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 757/93, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277 - Vila União no Município de Ceu Azul ao Município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 177, de 13.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 757/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Neivo Beraldin, o Projeto de Lei n° 757/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277 - Vila União no Município de Ceu Azul ao Município de São Pedro do Iguaçu. Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 757/93

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Ilustre Deputado Neivo Beraldin, objetiva autorizar o Poder Executivo a es-

Curitiba, segunda, em 04.04.94

ta dualizar o trecho rodoviário que liga a BR-277 - Vila União, no Município de Ceu Azul ao Município de São Pedro do Iguaçu.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta Douta Comissão Técnica, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 21

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 033/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que autoriza a criação da CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 07, de 23.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 33/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o Projeto de Lei n° 033/94 que tem por finalidade a criação da CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul, conforme específica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitucional, regimental ou legal à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 033/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do ilustre Deputado Renato Adur, objetiva autorizar a criação da CIRETRAN no Município de São Mateus do Sul.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica, segue o entendimento da Comissão supramencionada, manifestando-se favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 22

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°



039/94, de autoria do Deputado Paulo Maia. Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas com sede e foro em Terra Roxa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 09, de 28.02.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 039/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas, com sede e foro no Município de Terra Roxa.

A matéria atende ao disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública de Sociedades Cíveis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná.

Portanto, inexistente qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 23

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 056/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 011/94, que altera o art. 2° da Lei n° 9.198 de 18 de janeiro de 1990, para modificar a redação de seu § 2° e acrescentar-lhe um novo parágrafo. (§ 3°). (funcionários) PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. n° 15, de 09.03.94., Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 056/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 011/94, o Projeto de Lei n° 056/94, tem por finalidade alterar o art. 2°, da Lei n° 9198 de 18 de janeiro de 1990, para modificar a redação do seu § 2° e acrescentar-lhe um novo parágrafo (§ 3°); que dispõe que o contrato poderá ser renovado por uma única vez e prazo máximo de dois anos.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Em votação:

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Artigo ora em Discussão é o Artigo 27 da Constituição do Estado em seu inciso 9°. A antiga redação, no item b dizia: "Contrato improrrogável com prazo máximo de um ano, vedada a recontração."

Feita a emenda, aprovada pela plenária desta Casa, mudou para contrato máximo de 2 anos.

O Senhor Governador através de proposta de Projeto de Lei deseja agora que este prazo máximo de 2 anos seja prorrogado por mais 2.

Ora, se o servidor público submeteu-se a um teste seletivo, devido as dificuldades do Estado houve a compreensão desta Casa prorrogando o prazo máximo por 2 anos da contratação destes servidores, agora deseja o Poder Executivo que estes mesmos servidores possam ter prorrogado por mais 2 anos estes contratos.

Nós temos que deixar claro que a necessidade que existe é de concurso público e não a contratação de CLT com prazos prorrogáveis indefinidamente.

É necessário que o Estado atenda as necessidades sociais e é necessário que o Estado seja responsável por este atendimento.

Então o que é preciso é fazer concurso público e não ficar prorrogando eternamente!

Por isso, nós do PT somos contra a prorrogação destes contratos e cobramos que faça concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto de Lei n° 56/94. Aprovado. Com votos contrários da Deputada Emilia Belinati e Doutor Rosinha.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Só para registrar à Casa que nós amanhã adentraremos com um requerimento a Sua Excelência o Governador Mário Pereira e ao Secretário de Educação, Professor João Olivir Gabardo, solicitando a eles que presenteiem então ao povo de Ibaiti e da região com a Casa da Família Rural.

Nós entendemos que o prejuízo para Ibaiti e para o Norte Pioneiro foi por demais. Desta maneira vamos tentar resgatar o prejuízo com a Escola Familiar Rural.

Tenho certeza que haverá concordância do Governador Mário Pereira e do Professor João Olivir Gabardo, só assim então nós não deixaremos alguns companheiros em situação difícil, votando Não, quando o Projeto é simplesmente autorizatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre

a Mesa, Requerimentos n°s 625 e 638, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 626, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 627 e 628 de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 631 e 632, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 635 e 636, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Mar-

tins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 093, 095, 100, 105, 111, 115, 116 e 122/93, 001 a 004/94, 006, 008, 009, 013, 015, 016, 018, 020 e 023/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 003/94 e dos Projetos de Lei n°s 604, 743, 757/93 e 033, 039 e 056/94.

Levanta-se a sessão.